

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

Prestação de Contas do Exercício de 2022.

Em cumprimento ao que dispõe a Legislação em vigor, em especial o art. 74 da Constituição Federal, o art. 59 da Lei Complementar 101/2000, e as normas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o Órgão de Controle Interno vem apresentar a seguir relatório sobre os principais aspectos da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e administrativa do Poder Executivo.

O relatório a seguir vem sintetizar os diversos levantamentos e verificações realizadas durante o exercício de 2022, sendo que este deverá compor a prestação de contas anual, e também ficar à disposição da população e dos órgãos de fiscalização, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal e cumprimento do princípio constitucional da Transparência na Administração Pública.

Da Metodologia

O Órgão de Controle Interno desta Prefeitura utilizou no desenvolvimento de suas atividades, a legislação federal, estadual e municipal, que ditam as normas sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial na administração pública e ainda as instruções e pareceres do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

O relatório apresentado, em cumprimento ao disposto no Anexo I da Instrução Normativa nº 04/2017 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, contém como metas principais a avaliação quanto aos seguintes aspectos:

- 1) cumprimento das metas previstas no plano plurianual e na lei orçamentária;*
- 2) resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;*
- 3) observância dos limites para a inscrição de despesas em restos a pagar, bem como dos limites e das condições para a realização da despesa total com pessoal;*
- 4) aplicação dos recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como em ações e em serviços públicos de saúde, notadamente quanto ao valor residual de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, com a especificação dos índices alcançados;*
- 5) destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;*



6) observância do repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo do município;

7) aplicação de recursos públicos realizada por entidades de direito privado;

8) medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o ativo imobilizado;

9) termos de parceria firmados e participação do município em consórcio público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento; e

10) cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

11) Informações sobre a adesão às disposições da Lei 23.422/19.

No caso de o município possuir regime próprio de previdência social (RPPS), o relatório conterá, além dos itens retro especificados:

12) montante inscrito em restos a pagar, referente às contribuições previdenciárias;

13) detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais, com a especificação dos valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social e daqueles repassados ao RPPS;

14) procedimentos adotados quando houver a renegociação da dívida com o RPPS, com a indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas; e

15) informações sobre se os registros da dívida de natureza previdenciária foram conciliados com aqueles inseridos nos demonstrativos contábeis dos fundos e institutos próprios, em especial no que diz respeito a "Restos a Pagar", "Dívida Ativa", "Contribuições a Receber" e "Empréstimos";

Na realização dos trabalhos, o Órgão de Controle Interno desta Prefeitura acompanhou constantemente a execução orçamentária, financeira e patrimonial, tendo disciplinado algumas rotinas mediante a edição de Instruções Normativas, além de ter emitido opiniões e exarado pareceres sobre diversos acontecimentos rotineiros.

As informações constantes do Relatório apresentado a seguir tomaram por base os diversos documentos colocados à sua disposição para análise, como a Prestação de Contas Anual do Exercício de 2022, os balancetes mensais e notas de empenho acompanhados dos comprovantes de despesas. Enfim, toda a

documentação que faz parte da execução orçamentária, financeira e patrimonial que se encontram no arquivo da prefeitura municipal.

1 - Cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

1.1 - Metas Previstas na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

A seguir são demonstradas as metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, comparadas com as metas realizadas no exercício:

RECEITA

DESCRIÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	38.052.500,00	47.017.331,40	-8.964.831,40
RECEITAS DE CAPITAL	4.527.000,00	4.781.771,73	-254.771,73
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.670.000,00	1.347.868,51	322.131,49
Aplicação Financeira(-)	354.000,00	1.531.534,17	-1.177.534,17
Receita de Operações de Crédito(-)	15.000,00	-0,00	15.000,00
Receita de Alienação de Bens(-)	29.000,00	-0,00	29.000,00
receitas redutoras(-)	4.426.200,00	4.886.167,80	-459.967,80
Total	39.425.300,00	46.729.269,67	-7.303.969,67

DESPESA

DESCRIÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	DIFERENÇA
DESPESAS CORRENTES	31.139.300,00	35.223.931,94	-4.084.631,94
DESPESAS DE CAPITAL	6.795.000,00	4.615.290,53	2.179.709,47
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.670.000,00	4.917.567,44	-3.247.567,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	219.000,00	-0,00	219.000,00
Juros e Encargos da Dívida(-)	260.000,00	19.435,61	240.564,39
Amortização da Dívida(-)	725.000,00	355.079,93	369.920,07
Total	38.838.300,00	44.382.274,37	-5.543.974,37

RESULTADO PRIMÁRIO

DESCRIÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	DIFERENÇA
Resultado Primário	587.000,00	2.346.995,30	-1.759.995,30

RESULTADO NOMINAL

DESCRIÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	DIFERENÇA
Resultado Nominal	467.231,00	-14.912.051,31	15.379.282,31

1.2 – Cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual

Na execução orçamentária, foram acompanhadas as metas constantes do Plano Plurianual elaborado para o Quadriênio 2022/2025, sendo apurado a seguinte aplicação:

COD	PROGRAMA/AÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES
0000	ENCARGOS ESPECIAIS	355.079,93	1.649.383,48
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	7.850,00	1.559.087,10
0002	GESTÃO MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	570.358,70	8.883.682,42
0003	CIDADE SEGURA	0,00	842.139,64
0004	GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00
0005	PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	0,00	476.941,64
0006	PROGRAMA COMUNIDADE ASSISTIDA	922,00	754.821,29
0007	PROGRAMA SOCIAL MÉDIA COMPLEXIDADE	0,00	0,00
0008	PROGRAMA SOCIAL ALTA COMPLEXIDADE	0,00	0,00
0009	GESTÃO PROG. CADÚNICO BOLSA FAMÍLIA	0,00	64.615,63
0010	PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE	811.860,50	5.253.977,54
0011	ATENÇÃO SAÚDE MÉDIA E ALTA COMPLEX.	396,00	1.287.859,51
0012	PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	9.363,00	366.654,32
0013	GESTÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE	5.287,00	1.999.702,61
0014	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	28.375,00	207.966,53
0016	PROGRAMA DE ENSINO FUNDAMENTAL	2.092.240,51	6.381.228,23
0017	PROGRAMA DE ENSINO ESPECIAL	0,00	0,00
0018	PROGRAMA DE ENSINO MÉDIO E SUPERIOR	0,00	9.251,60
0019	PROGRAMA DE ENSINO INFANTIL	347.066,86	1.732.207,04
0020	CIDADE CULTURAL	0,00	1.039.070,30
0021	TURISMO	0,00	8.027,98
0022	INFRAESTRUTURA E URBANISMO	0,00	0,00
0023	PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	0,00
0026	DESENVOLVIMENTO RURAL	0,00	0,00
0029	SERV. URBANOS E UTILIDADE PÚBLICA	269.262,45	1.745.974,60
0032	SANEAMENTO BÁSICO	15.400,00	151.423,03
0033	MELHORIA HABITACIONAL	0,00	0,00
0034	MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	2.227,50	125.691,47
0035	AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL	0,00	183.855,25
0037	TRANSPORTE E TRÂNSITO	9.918,70	1.002.518,81
0039	ESPORTE E LAZER	88.109,21	586.764,39
0040	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID19	0,00	92.834,21
0041	GESTÃO DO SUAS	1.573,17	30.317,39
0042	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	0,00	190.977,86
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00
	TOTAL	4.615.290,53	36.626.973,87

2 - Resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

2.1 – Gestão Orçamentária

A execução do orçamento do Município de PEDRAS DE MARIA DA CRUZ no exercício de 2022 obedeceu ao seguinte:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS	ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	38.052.500,00	47.017.331,40	-8.964.831,40
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	647.000,00	3.374.076,37	-2.727.076,37
CONTRIBUIÇÕES	963.000,00	1.346.222,48	-383.222,48
RECEITA PATRIMONIAL	360.000,00	1.531.534,17	-1.171.534,17
RECEITA DE SERVIÇOS	13.000,00	0,00	13.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.867.500,00	40.757.501,16	-4.890.001,16
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	202.000,00	7.997,22	194.002,78
RECEITAS DE CAPITAL	4.527.000,00	4.781.771,73	-254.771,73
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	15.000,00	0,00	15.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	29.000,00	0,00	29.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.483.000,00	4.781.771,73	-298.771,73
RECEITAS CORRENTES	1.670.000,00	1.347.868,51	322.131,49
CONTRIBUIÇÕES	1.650.000,00	1.124.847,27	525.152,73
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.000,00	223.021,24	-203.021,24
INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			
DEDUÇÕES DA RECEITA	-4.426.200,00	-4.886.167,80	459.967,80
FUNDEB	-4.426.200,00	-4.886.167,80	459.967,80
Soma	39.823.300,00	48.260.803,84	-8.437.503,84
Déficit	8.330.918,45	0,00	8.330.918,45
Total	48.154.218,45	48.260.803,84	-106.585,39

DESPESAS	ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA
Créditos Orçamentários e Suplementares	47.413.433,17	40.589.195,60	6.824.237,57
Créditos Especiais	740.785,28	653.068,80	87.716,48
Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Soma	48.154.218,45	41.242.264,40	6.911.954,05
Superávit	0,00	7.018.539,44	-7.018.539,44
Total	48.154.218,45	48.260.803,84	-106.585,39

Na lei orçamentária nº 000636 para o exercício de 2022 foi autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 19.911.650,00, sendo que na execução orçamentária foram suplementadas dotações no valor de 20.628.040,14, perfazendo o percentual de 51,80 da receita Orçamentária prevista, estando dentro do limite autorizado pelo Poder Legislativo.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

A demonstração do resultado orçamentário é obtida pela divisão do valor da receita arrecadada pela despesa realizada. Efetuada a divisão, encontramos o resultado 1,17, sendo que se este resultado é maior que "1" indica que houve um superávit orçamentário, por outro lado, se o resultado for menor que "1" indica que houve um déficit orçamentário.

2.2 – Gestão Financeira

A execução financeira do Município no exercício de 2022, obedeceu ao seguinte:

TÍTULOS	NO MÊS	NO ANO
Receita Orçamentária	6.671.840,57	48.260.803,84
Transferencias Financeiras Recebidas	221.401,75	1.750.838,73
Recebimentos ExtraOrçamentários	2.716.084,25	5.327.886,28
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	17.466.348,64	9.955.745,46
Total	27.075.675,21	65.295.274,31

TÍTULOS	NO MÊS	NO ANO
Despesa Orçamentária	8.800.476,99	41.242.264,40
Transferencias Financeiras Concedidas	221.401,75	1.750.838,73
Pagamentos ExtraOrçamentários	862.808,33	5.111.183,04
Saldo em Espécie para o Exercício seguinte	17.194.297,49	17.194.297,49
Total	27.078.984,56	65.298.583,66

Os balancetes mensais de receita e despesa conferem com o Balanço Financeiro, conforme demonstrado a seguir:



Mês	Saldo Anterior	Receita Orçamentária	Receita Extra	Despesa Orçamentária	Despesa Extra	Saldo Apurado
JANEIRO	9.955.745,46	3.031.819,58	163.606,77	436.325,39	1.230.690,02	11.484.156,40
FEVEREIRO	11.484.156,40	4.736.672,60	348.960,17	2.271.353,65	445.297,38	13.853.138,14
MARÇO	13.853.138,14	4.820.520,35	584.263,31	4.458.632,86	775.246,13	14.024.042,81
ABRIL	14.024.042,81	3.943.579,28	372.597,07	2.560.070,86	429.624,77	15.350.523,53
MAIO	15.350.523,53	3.974.395,31	377.687,21	3.442.073,38	387.209,92	15.873.322,75
JUNHO	15.873.322,75	4.242.005,65	167.180,39	1.693.229,17	370.070,89	18.219.208,73
JULHO	18.219.208,73	3.935.876,79	390.516,02	3.183.241,30	404.599,71	18.957.760,53
AGOSTO	18.957.760,53	2.937.617,51	387.632,63	3.327.599,33	385.281,88	18.570.129,46
SETEMBRO	18.570.129,46	2.712.506,83	608.018,99	5.348.832,81	421.357,89	16.120.464,58
OUTUBRO	16.120.464,58	2.621.530,76	170.692,51	1.819.439,78	369.543,39	16.723.704,68
NOVEMBRO	16.723.704,68	4.632.438,61	418.496,73	3.900.988,88	407.302,50	17.466.348,64
DEZEMBRO	17.466.348,64	6.671.840,57	2.928.536,88	8.797.167,64	1.075.260,96	17.194.297,49
Total		48.260.803,84	6.918.188,68	41.238.955,05	6.701.485,44	

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA NOS EXERCÍCIOS – 2020, 2021, 2022

Receitas	2020		2021			2022		
	Realizado	AV %	Realizado	AH %	AV %	Realizado	AH %	AV %
CONTAS								
CORRENTE	29.530.858,68	102,18	36.344.394,41	23,07	105,70	47.017.331,40	29,37	97,42
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	718.559,71	2,49	1.066.336,82	48,40	3,10	3.374.076,37	216,42	6,99
CONTRIBUIÇÕES	1.172.108,73	4,06	1.207.934,10	3,06	3,51	1.346.222,48	11,45	2,79
RECEITA PATRIMONIAL	21.298,95	0,07	276.351,83	1.197,49	0,80	1.531.534,17	454,20	3,17
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.564.809,78	95,38	33.779.554,88	22,55	98,24	40.757.501,16	20,66	84,45
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	54.081,51	0,19	14.216,78	-73,71	0,04	7.997,22	-43,75	0,02
CAPITAL	555.591,19	1,92	738.554,00	32,93	2,15	4.781.771,73	547,45	9,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	555.591,19	1,92	738.554,00	32,93	2,15	4.781.771,73	547,45	9,91
CONTRIBUIÇÕES	1.930.821,61	6,68	1.380.577,54	-28,50	4,02	1.124.847,27	-18,52	2,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	223.021,24	100,00	0,46
FUNDEB	-3.117.482,78	-10,79	-4.079.271,66	30,85	-11,86	-4.886.167,80	19,78	-10,12
RETIFIC(AO DETALHAR, ACRESC A RUBRICA DA REC A SER DEDUZIDA E A FONTE DEVE CORRESP À DE ORIGEM)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	28.899.788,70	100,00	34.384.254,29	18,98	100,00	48.260.803,84	40,36	100,00

**COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA POR NATUREZA NOS EXERCÍCIOS
DE 2020/2021/2022**

Despesas	2020		2021			2022		
CONTAS	Realizado	AV %	Realizado	AH %	AV %	Realizado	AH %	AV %
CORRENTE	21.865.104,94	83,07	25.103.420,22	14,81	86,09	35.223.931,94	40,32	85,41
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.392.909,86	58,48	17.049.586,28	10,76	58,47	21.259.384,73	24,69	51,55
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	17.630,88	100,00	0,06	19.435,61	10,24	0,05
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.472.195,08	24,59	8.036.203,06	24,17	27,56	13.945.111,60	73,53	33,81
CAPITAL	3.348.809,45	12,72	3.747.820,53	11,92	12,85	4.615.290,53	23,15	11,19
INVESTIMENTOS	3.018.081,12	11,47	3.338.131,06	10,60	11,45	4.260.210,60	27,62	10,33
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	330.728,33	1,26	409.689,47	23,87	1,40	355.079,93	-13,33	0,86
RESERVA CONTINGÊNCIA/RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.105.981,64	4,20	309.236,36	-72,04	1,06	1.403.041,93	353,71	3,40
TOTAL	26.319.896,03	100,00	29.160.477,11	10,79	100,00	41.242.264,40	41,43	100,00

2.3 – Gestão Patrimonial

ANÁLISES HORIZONTAL E VERTICAL

DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS 2021 E 2022

Discriminação	Balanço2021	A V	Balanço2022	A.H	A.V
ATIVO	135.792.111,35	100,00	146.979.339,40	8,24	100,00
Ativo Circulante	22.993.524,72	16,93	29.437.045,41	28,02	20,03
Ativo não Circulante	112.798.586,63	83,07	117.542.293,99	4,21	79,97
PASSIVO	12.984.840,33	100,00	15.641.307,18	20,46	100,00
Passivo Circulante	2.641.092,90	20,34	5.346.008,26	102,42	34,18
Passivo não Circulante	10.343.747,43	79,66	10.295.298,92	-0,47	65,82
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	122.807.271,02	100,00	131.338.032,22	6,95	100,00

3 - Observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar, bem como dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal.

3.1 – Análise dos Limites Para Inscrição de Despesas em Restos a Pagar

A seguir são analisadas as disponibilidades financeiras, e também se houve a observância dos limites para inscrição de despesas em Restos a Pagar, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal.

"Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício".

O dispositivo legal preocupou-se diretamente com as despesas geradas nos últimos oito meses de mandato. Porém, todas as despesas compromissadas até o final do exercício, incluindo os Restos a Pagar de exercícios anteriores, além dos saldos de depósitos e outras operações constantes do passivo financeiro do ente, devem ser computadas no cálculo da disponibilidade de caixa de que trata o parágrafo único deste artigo.

3.1.1 – Demonstrativo das disponibilidades financeiras e dos valores inscritos em restos a pagar.

CÂMARA MUN. PEDRAS DE MARIA DA CRUZ

Fonte	Caixa Banco	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	RP Exercício Anterior	Empenhos a Pagar	Saldo
100	35.066,97	0,00	-419,31	0,00	3.223,85	31.423,81
Total	35.066,97	0,00	-419,31	0,00	3.223,85	31.423,81

RESTOS A PAGAR INSCRITOS

Fonte	Processados	Não Processados	Total	Inscritos Sem Disponibilidade
100	2.623,85	600,00	3.223,85	0,00
TOTAL:	2.623,85	600,00	3.223,85	0,00

PREF. MUN. PEDRAS DE MARIA DA CRUZ

Fonte	Caixa Banco	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	RP Exercício Anterior	Empenhos a Pagar	Saldo
100	1.687.892,64	162.043,86	-514.744,63	4.853,75	249.271,71	756.978,69
101	243.916,59	-150,41	-175.379,09	2.882,86	129.869,04	-64.063,99
102	362.501,59	136,82	-36.205,86	3.704,60	145.094,71	177.359,60
106	732.927,76	0,00	0,00	0,00	3.158,43	729.769,33
116	883,65	0,00	0,00	0,00	0,00	883,65
118	522.837,54	0,00	29.758,03	0,00	36.913,47	515.682,10
119	20.092,59	0,00	5.183,91	0,00	0,00	25.276,50
122	0,00	0,00	-9,27	0,00	0,00	-9,27
123	166.181,27	0,00	0,00	0,00	0,00	166.181,27

124	1.439.004,91	0,00	0,00	1.367.404,19	121.833,00	-50.232,28
129	43.338,40	0,00	1.187,41	2.212,62	464,00	41.849,19
132	0,00	0,00	-9.095,76	0,00	0,00	-9.095,76
143	11.528,88	0,00	0,00	0,00	0,00	11.528,88
144	453,53	0,00	-14,84	0,00	0,00	438,69
145	41.642,31	0,00	0,00	83,03	0,00	41.559,28
146	246.237,90	0,00	527,99	0,00	0,00	246.765,89
147	231.507,97	0,00	0,00	0,00	0,00	231.507,97
153	51.346,56	0,00	0,00	0,00	0,00	51.346,56
154	673.806,35	0,00	0,00	295,00	2.924,85	670.586,50
155	3.433.877,15	1.126,50	-20.434,58	30.936,20	132.888,83	3.248.491,04
156	283.305,46	0,00	0,00	365,75	3.612,00	279.327,71
157	643,54	0,00	0,00	0,00	0,00	643,54
159	179.134,28	-751,12	-96.185,35	3.444,63	51.777,46	28.477,96
160	2.629,85	0,00	19.224,96	0,00	0,00	21.854,81
161	110.788,91	0,00	0,00	0,00	0,00	110.788,91
168	1.103.824,86	0,00	0,00	0,00	0,00	1.103.824,86
170	3.395,14	0,00	0,00	0,00	0,00	3.395,14
171	3.301.175,49	0,00	0,00	0,00	1.086.105,79	2.215.069,70
176	35,06	0,00	0,00	0,00	0,00	35,06
181	989.016,98	0,00	0,00	0,00	0,00	989.016,98
186	75.843,16	0,00	0,00	0,00	0,00	75.843,16
190	197,21	0,00	0,00	0,00	0,00	197,21
Total	15.959.967,53	162.405,65	-796.187,08	1.416.182,63	1.963.913,29	11.621.278,88

RESTOS A PAGAR INSCRITOS

Fonte	Processados	Não Processados	Total	Inscritos Sem Disponibilidade
100	224.387,38	24.884,33	249.271,71	0,00
101	104.176,62	25.692,42	129.869,04	64.063,99
102	76.109,43	68.985,28	145.094,71	0,00
106	2.888,43	270,00	3.158,43	0,00
118	36.913,47	0,00	36.913,47	0,00
124	0,00	121.833,00	121.833,00	50.232,28
129	186,00	278,00	464,00	0,00
154	2.924,85	0,00	2.924,85	0,00
155	71.566,93	61.321,90	132.888,83	0,00
156	3.612,00	0,00	3.612,00	0,00
159	27.356,39	24.421,07	51.777,46	0,00
171	0,00	1.086.105,79	1.086.105,79	0,00
TOTAL:	550.121,50	1.413.791,79	1.963.913,29	114.296,27

IPREMAC

Fonte	Caixa Banco	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	RP Exercício Anterior	Empenhos a Pagar	Saldo
103	14.562.233,71	0,00	-2.701,37	0,00	0,00	14.559.532,34
105	195.184,49	0,00	18,75	0,00	85,50	195.117,74
Total	14.757.418,20	0,00	-2.682,62	0,00	85,50	14.754.650,08

RESTOS A PAGAR INSCRITOS

Fonte	Processados	Não Processados	Total	Inscritos Sem Disponibilidade
105	85,50	0,00	85,50	0,00
TOTAL:	85,50	0,00	85,50	0,00

3.2 – Das despesas com Pessoal do Município

A seguir é demonstrado o valor gasto com o pagamento de pessoal do Município de PEDRAS DE MARIA DA CRUZ em atendimento a Lei Complementar 101/2000.

A - Despesa Com Pessoal do Executivo

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	%
31717000 - Rateio Particip. em Consórcio Pub.	69.422,54	
31900100 - Aposentadorias, Res. Rem. e Reformas	1.127.044,13	
31900300 - Pensões do RPPS e do Militar	90.470,90	
31900400 - Contratação Por Tempo Determinado	5.103.077,04	
31901100 - Venc. e Vant. Fixas Pes. Civil	11.995.905,24	
31901300 - Obrigações Patronais	1.651.977,12	
31901600 - Outras Desp. Var. - Pes. Civil	0,00	
31909100 - Sentenças Judiciais	1.183,31	
31909200 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	
31909400 - Inden. e Restituições Trabalh.	0,00	
31911300 - Obrigações Patronais	1.403.041,93	
33903400 - Outras Despesas de Pessoal Terceiro	0,00	
(-) Aposentadorias e Pensões Custeadas com Recursos da Fonte Tesouro	0,00	
(-) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Própria	1.217.515,03	
(-) Indenização por Demissão de Servidores ou Empregados	0,00	
(-) Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	0,00	
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	1.183,31	
SubTotal	21.442.122,21	
Total Exclusões	1.218.698,34	
TOTAL DA DESPESA(A)	20.223.423,87	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA(B)	40.912.859,86	
APLICADO COM PESSOAL	(A/B)	49,43
Permitido Pela Lei 101/00	22.092.944,32	54,00

B - Despesa Com Pessoal do Legislativo

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	%
31900400 - Contratação Por Tempo Determinado	50.340,10	
31901100 - Venc. e Vant. Fixas Pes. Civil	934.949,60	
31901300 - Obrigações Patronais	213.609,90	
31909200 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	
31909400 - Inden. e Restituições Trabalh.	18.980,85	
(-) Aposentadorias e Pensões Custeadas com Recursos da Fonte Tesouro	0,00	
(-) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Própria	0,00	
(-) Indenização por Demissão de Servidores ou Empregados	18.980,85	



(-) Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	0,00	
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	0,00	
SubTotal	1.217.880,45	
Total Exclusões	18.980,85	
TOTAL DA DESPESA(A)	1.198.899,60	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA(B)	40.912.859,86	
APLICADO COM PESSOAL	(A/B)	2,93
Permitido Pela Lei 101/00	2.454.771,59	6,00

C - Despesa Total Com Pessoal do Município

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	%
31900400 - Contratação Por Tempo Determinado	5.153.417,14	
31901100 - Venc. e Vant.Fixas Pes.Civil	12.930.854,84	
31901300 - Obrigações Patronais	1.865.587,02	
31909200 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	
31909400 - Inden. e Restituições Trabalh.	18.980,85	
(-) Aposentadorias e Pensões Custeadas com Recursos da Fonte Tesouro	0,00	
(-) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Própria	1.217.515,03	
(-) Indenização por Demissão de Servidores ou Empregados	18.980,85	
(-) Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	0,00	
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	1.183,31	
31717000 - Rateio Particip. em Consórcio Pub.	69.422,54	
31900100 - Aposentadorias, Res. Rem. e Reformas	1.127.044,13	
31900300 - Pensões do RPPS e do Militar	90.470,90	
31901600 - Outras Desp. Var. - Pes. Civil	0,00	
31909100 - Sentenças Judiciais	1.183,31	
31911300 - Obrigações Patronais	1.403.041,93	
33903400 - Outras Despesas de Pessoal Terceiro	0,00	
SubTotal	22.660.002,66	
Total Exclusões	1.237.679,19	
TOTAL DA DESPESA(A)	21.422.323,47	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA(B)	40.912.859,86	
APLICADO COM PESSOAL	(A/B)	52,36
Permitido Pela Lei 101/00	24.547.715,92	60,00

4 - aplicação dos recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como em ações e em serviços públicos de saúde, notadamente quanto ao valor residual de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, com a especificação dos índices alcançados;

4.1 – Gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino.

No acompanhamento dos gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino, o Órgão de Controle Interno verificou os comprovantes de receita e ainda os de despesas, chegando à seguinte demonstração:

Recursos da Educação	VALOR	%
IMPOSTOS	3.341.617,18	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.171.977,95	
Total	29.513.595,13	
APLICAÇÃO NO ENSINO(25%)	7.481.319,53	25,35
ADMINISTRAÇÃO GERAL	773.799,77	
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	39.816,70	
ENSINO FUNDAMENTAL	1.342.001,52	
EDUCAÇÃO INFANTIL	460.856,92	
Valor Pago (A)	2.616.474,91	
Contribuição ao FUNDEB (Lei nº 11.494/2007)	4.886.167,80	
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	0,00	
Subtotal (C = A + FUNDEB + B)	7.502.642,71	
Disponibilidade de caixa (D)	243.916,59	
Valores Comprometidos de Exercícios Anteriores (Restos a Pagar e Extraorçamentários) (E)	178.412,36	
Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)	65.504,23	
Despesas sem disponibilidade de caixa (G = B - F)	0,00	
RP de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (H)	0,00	
Total Aplicado (I = C - G + H)	7.481.319,53	25,35

4.2 – Recursos do FUNDEB

A seguir são demonstrados os valores recebidos e gastos à conta do FUNDEB, durante o exercício de 2022.

DEMONSTRAÇÃO DE GASTOS COM PESSOAL DO FUNDEB

Discriminação	Valor
Valores Recebidos à conta do FUNDEB, inclusive Aplicação Financeira	5.467.006,82
Valor Mínimo para Gasto com Profissional do Magistério 70%	3.806.904,77
Valor Efetivamente Aplicado com o Pagamento de Pessoal Magistério	4.916.032,27
Percentual Aplicado com o Pagamento Pessoal Magistério	89,92

DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB

Discriminação	Valor
Saldo da Conta FUNDEB em 31/12/2021	0,00
Receitas do FUNDEB em 2022, inclusive Aplicação Financeira	
Valor a Aplicar com Recursos do FUNDEB	
Despesas Pagas à conta do FUNDEB	
Saldo da Conta FUNDEB p/ Aplicação em 2023	0,00
Percentual Residual (Máximo 10%, § 3º, art. 25 da Lei 14.113/2020)	

4.3 – Gastos com as ações de saúde

No acompanhamento dos gastos com as ações de saúde, o Órgão de Controle Interno verificou os comprovantes de receita e ainda os de despesas, apurando a seguinte situação:

Recursos da Saúde	VALOR	%
IMPOSTOS	3.341.617,18	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.324.087,94	
Total	27.665.705,12	
APLICAÇÃO NA SAÚDE(15%)	4.427.330,26	16,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.081.815,72	
ATENÇÃO BÁSICA	1.353.598,17	
ATENÇÃO HOSPITALAR E AMBULATORIAL	875.919,45	
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPEUTICO	14.900,81	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	49.048,86	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	39.741,09	
Valor Pago (A)	4.415.024,10	
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	0,00	
SubTotal (C = A + B)	4.415.024,10	
Disponibilidade de caixa (D)	362.501,59	
Valores Comprometidos de Exercícios Anteriores (Restos a Pagar e Extraorçamentários) (E)	39.773,64	
Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)	322.727,95	
Despesas sem disponibilidade de caixa (G = B - F)	0,00	
RP de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (H)	12.306,16	
Total Aplicado (I = C - G + H)	4.427.330,26	16,00

Não houve valor residual do exercício de 2021 de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 para aplicação no exercício de 2022.

5 - Destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

A seguir são demonstradas as aplicações de receitas auferidas com a alienação de ativos do Município:

RECEITA ARRECADADA

Discriminação	Valor
Total-Não houve movimento	0,00

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Quantidade	Discriminação	Valor
Total	Não Houve movimento	0,00

6 - Observância do repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo.

Analisando o valor dos repasses efetuados ao Poder Legislativo no exercício de 2022, chegou-se a seguinte conclusão:

Cálculo do Limite Legal

Discriminação da Receita Base de Cálculo	Valor em 2021
Receita tributária(a)	1.036.577,43
Transferência Constitucional(b)	21.643.998,39
Outras Receitas(c)	38.031,53
Total(e=a+b+c)	22.718.607,35
Percentual Conferido à população(f)	7,00
Limite(g=e*f/100)	1.590.302,51
Duodécimo Mensal(h=g/12)	10.000.001,00

Demonstração do Repasse Efetivamente Realizado

Mês	Valor Repasse	Devolução	Repasse Efetivo
Janeiro	125.259,07	0,00	125.259,07
Fevereiro	125.259,07	0,00	125.259,07
Março	125.259,07	0,00	125.259,07

Abril	125.259,07	0,00	125.259,07
Maio	125.259,07	0,00	125.259,07
Junho	125.259,07	0,00	125.259,07
Julho	125.259,07	0,00	125.259,07
Agosto	125.259,07	0,00	125.259,07
Setembro	125.259,07	0,00	125.259,07
Outubro	125.259,07	0,00	125.259,07
Novembro	125.259,07	0,00	125.259,07
Dezembro	212.452,63	0,00	212.452,63
Total	1.590.302,40	0,00	1.590.302,40

Diante do demonstrado acima, pode-se verificar que os repasses ao Poder Legislativo durante o exercício de 2022 obedeceram aos limites determinados pela Emenda Constitucional nº 25/2000.

7 - Aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

As transferências de recursos públicos para as entidades de direito privado aconteceram mediante autorização em leis específicas além de atender aos critérios definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

As entidades também fizeram as devidas prestações de contas, demonstrando a regular aplicação dos recursos públicos recebidos.

8 - Medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o Ativo Imobilizado;

O Órgão Central de Controle Interno informa que foram editadas Instruções Normativas para que o setor de Patrimônio da Prefeitura melhorasse os controles dos bens patrimoniais, inclusive com a edição de termos de responsabilidade sobre esses mesmos bens assinados pelos responsáveis pela sua utilização.

Também informa que no exercício de 2022 não foi registrado a ocorrência de qualquer ato ilícito que viesse a prejudicar o patrimônio público municipal.

9 – Termos de parcerias firmadas e participação do município em consórcio público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento.

O Órgão Central de controle Interno informa que o município não firmou nenhum termo de parceria público privada no exercício de 2022

O município participa do consórcio público CONSORCIO INTERMUNICIPAL SAUDE NORTE DE MINAS, inscrito no CNPJ (00.905.312/0001-44), que foi instituído pela Lei Municipal de nº1.

O município participa do consórcio público CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE, inscrito no CNPJ (21.505.692/0001-08), que foi instituído pela Lei Municipal de nº2.

O município participa do consórcio público CONSORCIO INTERMUNICIPAL SAUDE ALTO MEDIO SAO FRANCISCO, inscrito no CNPJ (01.289.973/0001-55), que foi instituído pela Lei Municipal de nº3.

O município participa do consórcio público CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTAVEL DO NORTE DE MINAS CODANORTE, inscrito no CNPJ (19.193.527/0001-08), que foi instituído pela Lei Municipal de nº0.

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Total da Despesa	Total Transferido Consórcio	% Aplicação
41.242.264,40	883.069,47	2,14

10 - Cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

O município cumpriu com o prazo de envio de todos os módulos de envio de dados ao SiCOM conforme previsto nas Instruções Normativas específicas. Mesmo enfrentado dificuldades todos os dados foram enviados satisfatoriamente como pode ser analisado. Todas as remessas continham todos os dados relativos à execução orçamentária e financeira.

11) Informações sobre a adesão às disposições da Lei 23.422/19.



		SIM/NÃO :
	Houve adesão do município às disposições da Lei 23.422/2019?	
	Se SIM, indicar a opção feita pelo município:	
1.11.1	Art. 1º - Cessão de créditos:	
	Art. 6º - Operação de crédito:	
	Nº da Lei Municipal que autorizou a cessão:	

No caso de opção pelo art. 1º, indicar:					
	Natureza do crédito	ICMS	IPVA	Fundeb	Outros (especificar)
1.11.2	Contas bancárias e instituições financeiras em que ocorreram o crédito da receita				
	Valor do repasse em atraso negociado (a)				
	Valor das despesas cobradas pela instituição Financeira (b)				
	Valor líquido recebido pelo município (a - b)				
	Parcela do recurso recebido vinculado à educação				
	Fonte, conta bancária e instituição financeira onde ocorreu o crédito do recurso vinculado à educação				
	Parcela do recurso recebido vinculado à saúde				
	Fonte, conta bancária e instituição financeira onde ocorreu o crédito do recurso vinculado à saúde				
	Opinião do controle interno quanto à regularidade da operação: (Favorável/ Desfavorável)				
	Opinião do controle interno quanto à razoabilidade da taxa de juros da operação: (Favorável/ Desfavorável)				

1.11.3	No caso de opção pelo art. 6º, indicar:				
	Natureza da garantia	ICMS	IPVA	Funde b	Outros (especificar)
	Valor da garantia por natureza				
	Valor da operação de crédito				
	Valor dos juros				
	Taxa de juros efetiva da transação				
	Opinião do controle interno quanto à regularidade da operação: (Favorável/ Desfavorável)				
	Opinião do controle interno quanto à razoabilidade da taxa de juros da operação: (Favorável/ Desfavorável)				

PARECER CONCLUSIVO

Diante das informações demonstradas acima, o Órgão de Controle Interno da Prefeitura Municipal de PEDRAS DE MARIA DA CRUZ, emite seu parecer final pela aprovação das contas, porque entende que os trabalhos desenvolvidos obedeceram à legislação aplicada à matéria e ainda as Instruções do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Também este órgão afirma que as informações aqui demonstradas são fidedignas e representam a real situação da execução orçamentária, financeira e patrimonial do município de PEDRAS DE MARIA DA CRUZ no exercício de 2022.

É o que tinha a relatar. S.m.j.

Prefeitura Municipal de PEDRAS DE MARIA DA CRUZ, 29 de março de 2023.



Órgão de Controle Interno

ISABEL ALVES DE AMORIM

Responsável Controle Interno

CPF n.º 028.927.956-99

RODRIGO
ALEXANDRE
FERNANDES: 77696
06241777696

Assinado de forma
digital por RODRIGO
ALEXANDRE
FERNANDES:062417
77696
Dados: 2023.03.30
09:23:06 -03'00'

